

NOVEMBRO 2024

jornal



Federação Nacional da Educação

Fórum ²⁰²⁴ fne
Federação Nacional da Educação



CONSTRUIR O FUTURO COM CARREIRAS ATRATIVAS



DIA NACIONAL
Trabalhador
NÃO DOCENTE

WWW.FNE.PT



SPZC
SINDICATO DOS PROFESSORES
DO ZONA CENTRAL



SPP
SUL

SDPA
SINDICATO DOS PROFESSORES
DOS AÇORES



SPCL
SINDICATO DOS PROFESSORES
DO ALGARVE

STAE
SINDICATO DOS
TICINISTAS

STAE
SINDICATO DOS
TICINISTAS

STAE
SINDICATO DOS
TICINISTAS

ÍNDICE

3 - 4

EDITORIAL

5 - 31

AÇÃO SINDICAL

32 - 34

TEM A PALAVRA

35 - 47

PESSOAL DE APOIO EDUCATIVO



48 - 70

INTERNACIONAL

71

SAÚDE



FICHA TÉCNICA | NOVEMBRO 2024

Proprietário
Federação Nacional da Educação

Diretor
Pedro Barreiros

Produção de conteúdos
Joaquim Santos e Tiago Soares

Secretariado
Adosinda Leitão e Cristina Maia

Tesoureiro
Mário Jorge

Redação
Rua Pereira Reis, 399
4200-448 Porto
tel. 225 073 880
www.fne.pt | secretariado@fne.pt

Produção gráfica e paginação
Rafael Marques

Sindicatos membros

- Sindicato dos Professores da Zona Norte
- Sindicato dos Professores da Zona Centro
- Sindicato Democrático dos Professores da Grande Lisboa e Vale do Tejo
- Sindicato Democrático dos Professores do Sul
- Sindicato Democrático dos Professores dos Açores
- Sindicato Democrático dos Professores da Madeira
- Sindicato dos Professores nas Comunidades Lusíadas
- STAEZN - Sindicato dos Trabalhadores de Apoio Educativo/Pessoal Não Docente da Zona Norte
- Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Centro
- Sindicato dos Técnicos Administrativos e Auxiliares de Educação do Sul e Regiões Autónomas

MEMBROS



FILIAÇÃO



EDITORIAL



O turbilhão das Negociações: o Contexto, o tempo e as expectativas

A Federação Nacional da Educação (FNE), e os seus sindicatos, aguardam, com enormes expectativas, negociações com as diversas entidades empregadoras, de modo que potencie as reivindicações justas e muito aguardadas por parte dos seus associados.

Com o Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI), a revisão do Estatuto da Carreira Docente (ECD) englobando, entre outras, diversas matérias, desde os deveres e direitos às condições de trabalho, as regras de progressão, as condições para o efeito, a respetiva carreira remuneratória, e consequente duração, a Mobilidade por Doença (MpD), a alteração do modelo de Avaliação de Desempenho Docente (ADD), serão negociações que irão decorrer ao longo de muitos meses.

Ainda no âmbito das negociações com o MECI, relativamente ao Ensino Superior, questões como a alteração do Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior (RJIES), a diminuição da precariedade e reforço do financiamento da Investigação são, entre outras, medidas que merecem o devido acompanhamento.

No mês em que se comemora o Dia Nacional do Trabalhador Não Docente (DNTND), mais concretamente no dia 24 de novembro, é pertinente elencar as matérias que carecem de negociação e dizem respeito ao Pessoal de Apoio Educativo (PAE).

Nomeadamente a definição dos conteúdos funcionais específicos, a existência de carreiras, a eliminação da precariedade, o acesso à formação e a alteração da portaria dos rácios, tendo como interlocutor o MECI, não descurando os efeitos da descentralização efetuada até ao momento, envolvendo as autarquias, terão que, de uma vez por todas, serem negociadas, atendendo às justas e legítimas expectativas destes trabalhadores, fundamentais para um pleno funcionamento das escolas.

Sem esquecer, relembrando a intervenção que a FNE tem desenvolvido no âmbito do Ensino Particular, Profissional, Artístico, IPSS e Misericórdias, a apresentação do processo de abertura de negociação para o setor social, nomeadamente com a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade, com a União das Misericórdias Portuguesas e com a União das Mutualidades Portuguesas, tendo como objetivo a revisão salarial para 2025, destacando-se, da proposta apresentada, a insistência na existência de apenas uma carreira para todo o pessoal docente.

Uma vastidão de matérias a negociar, envolvendo muitas entidades e interlocutores diferentes, mas sempre tendo como fio condutor, tal como consta no Plano de Ação Sindical - 2023/2027, reforçado no Roteiro para a Legislatura - 2024/2028, "Investir na Educação. Garantir o Futuro - Valorizar a Educação e todos os seus Profissionais".

Retornando à revisão do ECD, prevendo-se que seja complexa, demorada atendendo à quantidade e natureza de matérias em apreciação, acreditamos que será o momento supremo para, de uma vez por todas, o mais rápido possível, melhorar a atratividade pela função docente, atraindo e mantendo, repondo a dignidade que a mesma necessita, minimizando ao máximo a falta de professores com que o país se confronta.

"Mais vale tarde, do que nunca". Mas neste caso a falta de professores é tão premente e catastrófica para os alunos e para o país que qualquer adiamento ou prolongamento no tempo será responsável pelo seu agravamento, com consequências incalculáveis.



GABRIEL CONSTANTINO
PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO
E DO CONSELHO GERAL DA FNE

Fórum

2024



Federação Nacional da Educação

MELHOR EDUCAÇÃO

com carreiras valorizadas,
atrativas e mobilizadoras.

FUNDAÇÃO ENG. ANTÓNIO ALMEIDA

9 de
Nov.

10:30 - 12:30

14:30 - 17:00

PORTO

INSCRIÇÕES

www.fne.pt | secretariado@fne.pt





Alexandre Homem Cristo no Fórum FNE 2024: “Na escola nada é mais importante que o professor”

O Secretário de Estado Adjunto e da Educação (SEAE) Alexandre Homem Cristo afirmou, na sessão de abertura do Fórum FNE 2024, que “na escola nada é mais importante que o professor”. O evento decorreu no sábado de 9 de novembro de 2024, entre as 10h30 e as 18h00, na Fundação Eng. António de Almeida, no Porto, com o tema “MELHOR EDUCAÇÃO com carreiras valorizadas, atrativas e mobilizadoras”. Três grandes desafios da atualidade: um novo ECD digno, a única constante é a mudança e temos que estar cada vez mais preparados para falar com máquinas.

Um programa intenso e diversificado marcou a edição de 2024 do Fórum FNE, que reuniu no Porto cerca de 200 participantes e um leque alargado de oradores e convidados. A estrutura do evento, que contou com uma intervenção do SEAE Alexandre Homem Cristo, dividiu-se por quatro eixos principais: “Educação e Autarquias - valorizar o meio como recurso da escola e a escola como recurso do meio”; “Refletir sobre modelos de organização e desenvolvimento de carreiras”; “Investir em Educação e construir o futuro”; e “A inovação e formação nos processos educativos”.

Na sessão de abertura, pelas 10h30, participaram Pedro Barreiros, Secretário-Geral (SG) da FNE, Eduarda Valente, assessora cultural da Fundação Engº António de Almeida e Alexandre Homem Cristo. O SG da FNE começou por dizer que jamais poderíamos esquecer o acordo histórico da recuperação do tempo de serviço congelado, de 21 de maio deste ano, em que o SEAE “teve um papel importante”. Pedro Barreiros recordou duas décadas de desvalorização da carreira docente que, entre outras consequências, resultou na falta de professores, de que hoje padece o sistema educativo.

O SG da FNE deseja uma escola onde educadores, professores e Pessoal de Apoio Educativo (PAE) trabalhem com prazer e entusiasmo, insistindo que a Educação é muito mais que uma ferramenta, uma vez que contribui para um mundo mais justo e mais igualitário: “O mundo está doente, a sociedade está doente e temos todos que cumprir com o nosso papel”, referiu, acrescentando que “ensinar e educar exigem muita dedicação e muita paixão”, pelo que o trabalho dos profissionais da Educação tem que ser valorizado e reconhecido.

Alexandre Homem Cristo, Pedro Barreiros e Eduarda Valente



Rever o ECD num ano é curto

“Estamos a iniciar a negociação da revisão do Estatuto da Carreira Docente (ECD) e queremos negociar um estatuto do PAE para tornar as respetivas carreiras atrativas e apetecíveis”. Para Pedro Barreiros, pela transformação da educação “estamos a investir no futuro do nosso país e do mundo à nossa volta. Juntos podemos construir uma escola inspiradora e aberta a todos”. O lema da FNE é investir na educação para assegurar o futuro: “Hoje, estamos a sentir os efeitos de um desinvestimento na educação. Mas teremos que fazer mais e melhor, gerindo bem os recursos que temos à nossa disposição”.

Por seu lado, Eduarda Valente referiu que era com agrado que acolhiam a FNE naquele espaço, lembrando o vasto historial da Fundação Engº António de Almeida em prol da educação, através de eventos, seminários, bolsas académicas ou na publicação de teses e estudos de grandes vultos da nossa cultura. Por fim, mencionou a relevância da inclusão e colaboração entre todas as partes interessadas na educação, para um diálogo, debate e reflexão que se querem profícuos e permanentes, “na busca de soluções para os desafios do mundo moderno”.

No seu espaço de intervenção, Alexandre Homem Cristo referiu que estávamos num momento importante de reflexão. O SEAE referia-se ao processo negocial de revisão do ECD, à clarificação da relação do Ministério da Educação, Ciência e Investigação (MECI) com os municípios e à urgente valorização do PAE: “Precisamos de estar todos alinhados nas nossas missões”, sublinhou. “Estamos a arrancar o processo negocial de revisão do ECD e há uma evidência, muitas vezes esquecida, de que **na escola nada é mais importante que o professor**”. Nas suas palavras, “este foi o ponto de partida do nosso racional, uma lógica de política pública, o nosso objetivo e a base de tudo o que temos feito até aqui”.

Alexandre Homem Cristo frisou que na recuperação do tempo de serviço congelado “tivemos que resolver esse obstáculo que estava à nossa frente” e as negociações foram muito abertas, frontais, transparentes: “Havia uma vontade de encontrar um caminho comum. E encontrámos um ponto de articulação satisfatório entre as partes. É isto mesmo que também pretendemos para a revisão do ECD, um desafio de mais longo prazo e com um impacto frontal nos docentes e no sistema educativo”.

Quanto à calendarização da revisão do ECD, o SEAE lembrou que ela tem o prazo de um ano, pois “se queremos fazer isto bem não o vamos fazer à pressa. Queremos um ECD que tenha durabilidade e que contribua para a carreira de média e de longo prazo. Se não formos eficazes não vamos resolver coisa nenhuma. Penso até que um ano até será curto. Deveriam ser dois ou três anos. Mas o sistema educativo precisa que sejamos mais eficazes”.



MELHOR EDUCAÇÃO

com carreiras valorizadas,

atrativas e mobilizadoras.



Alexandre Homem Cristo

Secretário de Estado e da Educação
MECI

Fatiar o elefante

Ninguém pediu ao Ministério da Educação aquele objetivo: “Havia na carreira dos professores uma manta de retalhos. Uma espécie de telhado de vidro que nos impedia de ir mais adiante. Ainda só tivemos uma reunião preparatória nesta negociação. Mas há desafios de há muito tempo. Não é realista nem concebível andarmos com muita pressa e concluirmos este processo em seis meses”.

O SEAE destacou que o MECI trabalha muito com dados, com informação, com avaliações de impacto, planeamento e estudos projetivos. A grande dificuldade é a falta de dados oficiais sobre os professores: onde estão, com que percursos de carreira: “Na avaliação do impacto orçamental, a própria Unidade Técnica de Apoio Orçamental (UTAO) se queixou que os dados eram insuficientes.

Vamos parar de ter duplicação de informação. Vamos fazer uma análise comparada com carreiras de outros países, ver o que correu bem e adaptar ao nosso contexto”.

O MECI também fará uma auscultação a especialistas, académicos, sindicatos e à sociedade em geral: “Vamos ter um debate público sobre esta matéria. Não podemos achar que não há limites orçamentais. Mas este será apenas um item. Estamos abertos a ideias, sugestões. Esperamos que haja um acordo na revisão do ECD, mas já percebemos que haverá áreas em que estaremos mais perto, outras mais longe. Procuraremos um equilíbrio e não vamos misturar todas as dimensões. A avaliação de desempenho será uma área mais difícil. Mas vamos fatiar o elefante”.

Para Alexandre Homem Cristo, o seu ministério tem que sair da bolha e chegar às famílias e à sociedade: “Na pandemia houve uma certa indiferença da sociedade em relação às escolas. Queria-se os alunos na escola e não em casa. Depois houve consciência de outras prioridades”.

Em sua opinião, as desigualdades sociais são muito preocupantes: “No nosso país, a distância entre os melhores alunos e os outros está cristalizada ao longo de várias avaliações internacionais. A educação tem que cumprir o seu desígnio. Nenhum aluno pode ficar para trás. Agradeço à FNE os contributos que tem dado, muito além dos temas laborais. Vamos rever o ECD com os professores, porque assim também estamos a ajudar os alunos, as famílias, as comunidades educativas. Mais que insistirmos nos problemas, temos que trabalhar nas soluções”.

“Nem-Nem”: emergência nacional

Pelas 11h00, a **“Educação e Autarquias - valorizar o meio como recurso da escola e a escola como recurso do meio”** foi o primeiro tema do Fórum FNE 2024, moderado pela Vice-SG da FNE Josefa Lopes. Fernando Paulo, Vereador da Educação da Câmara Municipal do Porto (CMP), citou a cidade educadora de Paulo Freire e a Declaração de Barcelona para destacar a importância de toda uma sociedade promotora da inclusão. “Temos 308 municípios cheios de vida, memórias, de gentes, caráter e identidade E há um bem comum em todas as cidades e comunidades que são as pessoas”.

Para Fernando Paulo, há sempre margem para aumentar a inclusão, a sustentabilidade: “Fizemos muito no abandono escolar e é importante lermos o mundo, aprender da cidade, identificarmos com as diferentes realidades dos municípios. Há muitas desigualdades entre os territórios. E as políticas municipais devem influenciar positivamente o ensino”.



Fernando Paulo, Josefa Lopes, Manuel Teodósio e Filinto Lima



O vereador da CMP deseja uma educação ao longo da vida e fala em tornar os espaços da escola mais intergeracionais, a exemplo do que testemunhou em Barcelona: “É desafiante. A comunidade preserva e salvaguarda os edifícios e os ambientes escolares com o seu apoio comunitário. Urge valorizar o território, por exemplo colocando os museus e as cidades ao serviço da escola”. Fernando Paulo sublinhou que temos que garantir o direito à habitação para as famílias, pois existem 1.9 milhões de pobres em Portugal, o que é determinante.

As escolas e os professores têm que estar atentos, uma vez que cada aluno é de um nível diferente de todos os outros. E o contexto dos territórios das escolas é muito relevante. Os desafios da multiculturalidade são cada vez maiores e a Educação é estruturante para combater as desigualdades e a exclusão social.

Este Vereador não tem dúvidas que as escolas têm que ter equipas multidisciplinares e lembra que as AECs já levam 20 anos com precariedade e concursos anuais. “Quando precisamos de energia positiva vamos às escolas do Porto. Mas há falta de recursos, inclusive na Educação Especial”.

Fernando Paulo menciona uma emergência nacional: os “Nem-Nem” (ou NEET, em inglês), jovens que não se encontram a trabalhar, nem a estudar, nem a frequentar qualquer tipo de formação e defende que os projetos têm que ter uma intencionalidade, uma razão de ser. “É preciso investir na educação ao longo da vida. As escolas têm aqui uma oportunidade. E é necessário tornar as carreiras atrativas e rever a Portaria dos Rácios dos não docentes. As escolas não têm que ter medo dos municípios, nem permitir ingerências de autarquias”.



Fernando Paulo
Vereador da Educação
Câmara Municipal do Porto



Manuel Teodósio
Vice Secretário-Geral
FNE



Filinto Lima
Presidente da ANDAEP



Josefa Lopes
Moderadora



Desconfiança entre diretores e autarquias

Por seu lado, Manuel Teodósio, Vice-SG da FNE, referiu que, “por capacidade financeira ou sensibilidade, há autarquias com melhor investimento que outras. E a transferência de competências para as autarquias tem sido cega em alguns aspetos”. Não é fácil dissociar a transferência de competências da municipalização da educação, embora elas sejam coisas distintas: “mas nada tenho contra a descentralização de competências, desde que a mesma não represente uma desresponsabilização do poder central no âmbito da educação”.

Para Manuel Teodósio, “é preciso proceder-se a uma avaliação do processo de transferência para os municípios. Não podemos ter uma educação de primeira em municípios com capacidade financeira e uma educação de segunda em autarquias com menores capacidades financeiras”.

Em representação dos Diretores escolares, Filinto Lima, Presidente da ANDAEP, sustentou a promoção do Diretor de Turma e do PAE nas escolas: “Há uma desconfiança entre diretores e autarquias e estas, por sua conta, desconfiam muito do governo.

A descentralização tem de positivo a proximidade, mas falta rever urgentemente a Portaria dos Rácios. Em verdade, as autarquias apoiam muito para além do que recebem do governo central”.

Nos pontos fracos, Filinto Lima mencionou que a desconfiança gera burocracia e que os serviços administrativos das escolas estão “à beira de um verdadeiro ataque de nervos”. Numa outra vertente, os municípios queixam-se do governo.

O Presidente da ANDAEP socorreu-se dos resultados do inquérito aos diretores, no respeitante à relação entre escolas e autarquias. Cerca de 72% estão muito satisfeitos ou satisfeitos. Os descontentes apresentaram sete razões principais, entre elas a perda de autonomia, a interferências nas direções, a ingerência na gestão dos agrupamentos, a não interferência dos diretores na escolha e na autonomia do PAE ou a falta de verbas na gestão financeira.

Os diretores descontentes mencionaram também a falta de autonomia na gestão de infraestruturas, um excesso de burocracia devido a desconfiança, a desarticulação entre o MECI e as autarquias e a gestão de competências.

Na sua apreciação final, a moderador Josefa Lopes afirmou que “conhecemos boas e más práticas nesta matéria”. No período de debate, salientou-se que algumas autarquias fazem o horário do PAE nas escolas e que é necessário aumentar o número de funcionários.



80 anos para chegar ao topo da carreira

O segundo eixo do Fórum FNE 2024 (12h00) recaiu no **“Refletir sobre modelos de organização e desenvolvimento de carreiras”**. Participaram Paula Maia (Vogal da Direção do Sindicato dos Enfermeiros - SE), Cristina Ferreira e José Ricardo Coelho (SG Adjuntos da FNE), moderados por José Manuel Cordeiro (FNE/UGT), que introduziu a tipologia de carreiras, com a divisão entre carreiras gerais e carreiras especiais.

Paula Maia utilizou um vídeo para apresentar as grandes transformações das relações com o trabalho de acordo com diferentes gerações, incluindo a geração X, geração Y e as novas profissões. Esta dirigente referiu que há uma denotada dificuldade de contratação de profissionais e em fazer com que os jovens permaneçam num determinado local de trabalho: “A geração atual tem fortes exigências para com o trabalho e o prazer. A conciliação profissional é para eles muito importante. Por isso, temos que começar a pensar nas características da geração alfa, que está atualmente nas nossas escolas”.

Cristina Ferreira concentrou a sua intervenção nas carreiras do PAE: “Perdemos um estatuto e uma carreira e é preciso olhar para nós numa perspetiva mais eficaz. Precisamos de três atributos urgentemente: valorização, capacitação e respeito. Falo do poder central, do poder local e da comunidade educativa. Passamos a ser trabalhadores invisíveis e lutamos por conteúdos específicos na carreira, seja na educação inclusiva ou na multiculturalidade. Estamos a lidar com o futuro do país, mas a Portaria dos Rácios não é alterada há três anos”.

No seu entendimento, aquela portaria necessita de uma revisão séria. Até porque as escolas têm necessidades diferentes e temos que olhar para a realidade de cada uma. Outro desafio é que o ministério não valoriza nem a formação inicial, nem a formação contínua do PAE. Pelo que lhes diz respeito, as autarquias também não oferecem condições para a formação dos trabalhadores não docentes da educação. “Temos que ter uma formação específica”, salienta Cristina Ferreira. “Em saúde mental, na educação inclusiva, na escola multicultural”.



Paula Maia
Sindicato dos Enfermeiros - SE



José Ricardo Coelho
Secretário-Geral Adjunto
FNE



Cristina Ferreira
Secretária-Geral adjunta FNE
Pessoal de Apoio Educativo



José Manuel Cordeiro
Moderador



Esta SG Adjunta da FNE menciona um problema comum à carreira docente: o envelhecimento dos profissionais. E refere o caso particular de uma escola com 477 alunos e apenas duas funcionárias de manhã e duas de tarde: “Isto tem que mudar”, desabafa. Por outro lado, demora 80 anos para um(a) assistente operacional chegar ao topo de carreira: “Ninguém lá chega devido às quotas na avaliação. Lutamos há anos por uma revisão do SIADAP”.

Para Cristina Ferreira é vital a criação de um observatório da transferência de competências, para avaliar e adaptar as boas práticas: “Haja vontade política para mudar. Defendemos um calendário urgente de negociação com o MECI. Os conteúdos específicos são determinantes para o PAE”.

Em seguida, o SG Adjunto da FNE José Ricardo Coelho apresentou uma muito bem preparada perspetiva histórica das carreiras docentes, desde o Estado Novo aos nossos dias, sublinhando 42 anos de luta por uma educação de qualidade e pela dignificação da carreira docente.



Galeria de Fotos **fine**





Conciliar três empregos

A parte da tarde começou com o tema **“Investir em Educação e construir o futuro - Expectativas, argumentos e meios para a construção de uma carreira docente atrativa”**. Intervieram Elisabete Araújo, professora do Grupo 110 do AE Gualdim Pais, Pombal, Érica Almeida, do grupo 200 do AE Celeirós, Braga, e Paulo Cunha, do grupo 400 / 420 da ES de Barcelinhos, Barcelos, com moderação de António Jorge Pinto, Vice-SG da FNE.

Elisabete Araújo nomeou nove desafios: um concurso vigente, deslocações e distâncias, condições salariais, falta de confiança nas lideranças de topo e nas intermédias, a baixa motivação profissional dos docentes. A estas juntou o desgaste físico e psicológico pelo excesso de trabalho burocrático, a falta de bem-estar relacionado com o horário, a marcação de reuniões pós-laborais e os comportamentos disruptivos dos alunos, que obrigam ao agendamento periódico de reuniões com os encarregados de educação.

Esta docente apresentou cinco recomendações estruturantes da profissão docente: condições promotoras da colaboração docente e da aprendizagem profissional em contexto; programas de indução profissional; promoção, nas escolas, de espaços de reflexão, partilha e construção conhecimento profissional; criar condições de estabilidade pessoal e profissional; e espaços para investigação e realização profissional.

Na valência da cultura organizacional destacou a mobilização da comunidade educativa na construção da identidade do agrupamento. E na gestão pedagógica mencionou três desafios: promover a reflexão entre todos os intervenientes no processo educativo, com vista à melhoria da qualidade do ensino e do ambiente escolar; proporcionar tempos de reuniões específicos para desenvolver práticas de cooperação e colaboração entre os professores do agrupamento e operacionalizar a articulação entre ciclos.

Quanto a expectativas relevou três categorias: Liderança, Comunicação e Empatia.

Érica Almeida centrou a sua apresentação nas condições de trabalho dos jovens professores e na questão do bem-estar profissional. O seu exemplo é paradigmático: durante quase uma década conciliou três empregos e atualmente, por questões de saúde, fica-se por dois. O burnout é apelidado de “mal do século”, enquanto o envelhecimento e a falta de professores são preocupantes. Esta docente sublinhou que ensinar é a profissão que ensina todas as outras profissões e acentuou ter chegado a hora de lecionar com e para os alunos, a hora de se repensar, reavaliar, definir e reconduzir o ensino e a educação ao patamar que merecem.



Elisabete Araújo
Professora do Grupo 110
AE Gualdim Pais - Pombal



Érica Almeida
Professora do Grupo 200
AE Celeirós - Braga



Paulo Cunha
Professor do Grupo 400/420
ES de Barcelinhos - Barcelos



António Jorge Pinto
Moderador

Uma carreira de alpinista

Paulo Cunha abordou a “fatalidade” dos quatro Cês: o nosso caminho, o nosso calvário, a nossa cruz e a nossa condição, defendendo a estabilidade financeira, pessoal/emocional e familiar. Na sua tipologia apresentada, o professor contratado “tapa buracos”, o QZP encontra-se “em busca da aproximação” e o QZP/QA “já sonha com a reforma”.

Este professor, defendeu o regresso ao modelo colegial ou híbrido na eleição das direções das escolas que, nas suas próprias palavras, “seria porventura o fim de muitos constrangimentos”. Quanto à municipalização afirmou que “parece ser um lobo mau”, sugerindo políticas de aproximação da família e um ECD que acabe com uma carreira docente “de alpinista”.

Em seguida, especificou os meios que o Governo, as lideranças de topo e intermédias têm ao seu dispor para valorizar a carreira docente e apontou algumas características que mais o motivariam numa carreira atrativa: a conciliação da vida profissional com a familiar, a não ingerência das direções na autonomia pedagógica ou mais responsabilização dos pais nos processos de ensino. A terminar, menos constrangimentos/pressões na atribuição de classificações e a valorização de uma formação profissional de qualidade.

Neste seguimento, Pedro Barreiros garantiu que a FNE vai ouvir os professores, escutar os seus dilemas e as suas aspirações para um bom resultado na negociação do ECD: “Queremos um ECD melhor do que aquele que temos agora e queremos uma valorização digna para os educadores e professores portugueses, em todas as suas vertentes”.





Da esquerda para a direita: Luís Paulo Reis, Manuel Teodósio e Rui Ramalho

IA democratiza a sua utilização

“A inovação e formação nos processos educativos” (15h30) foi o último eixo do Fórum FNE 2024, moderado por Manuel Teodósio. Luís Paulo Reis, da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto e do LIACC – Laboratório de Inteligência Artificial e Ciências de Computadores falou do impacto da Inteligência Artificial (IA) na educação e na investigação, através de um historial de décadas que assumiu desenvolvimentos inacreditáveis.

“Estamos na descoberta de um novo mundo, em que a IA deixou de ser uma ferramenta e passou a ser uma parceira”, acentuou. Luís Paulo Reis apresentou os últimos desenvolvimentos e revelou que em certas condições “não é possível determinar se um texto foi ou não feito com IA”.

Nas suas palavras, a IA está a evoluir em alta velocidade, especialmente na área da robótica, e vai influenciar muito a educação. Em sua opinião, as ferramentas com IA não substituem o professor, mas há empregos perdidos sobretudo na engenharia informática, como é o caso do programador.

“Os processos também mudaram, não só a tecnologia”, afirmou este especialista. “E tenho muitas preocupações com a Educação”. Pelo lado positivo, “as ferramentas de IA democratizam a sua utilização. E isto é algo de louvar”.

Rui Ramalho, da ESE Paula Frassinetti, abordou questões mais relacionadas com a pedagogia através “do meu algoritmo -, que significa mudança”. Para ele, “alguns alunos deixam os telemóveis na mesa do professor, mas depois comunicam com os smartwatches. Ora, hoje não podemos avaliar produtos, temos que avaliar processos”.

Este orador utilizou o Referencial para a Inovação Pedagógica nas Escolas do Conselho Nacional da Educação (CNE) e defendeu uma pedagogia centrada no aluno, uma ampliação da aprendizagem e uma integração inovadora de TIC, terminando com a conhecida frase de Heráclito de Éfeso, segundo a qual “A única constante é a mudança!!!”.



José Manuel Cordeiro, em representação do SG da UGT, Mário Mourão, e Gabriel Constantino, Presidente da Mesa do Congresso e do Conselho Geral da FNE, encerraram o Fórum FNE 2024.

Fórum 



Vídeo
do Fórum 



Publicado no BTE nº41 Contrato Coletivo entre FNE e UMP

Na sequência do acordo celebrado a 18 de julho passado, foi publicado no Boletim de Trabalho e Emprego (BTE) n.º 41, de dia 8 de novembro de 2024, o Contrato coletivo entre a União das Misericórdias Portuguesas - UMP e a FNE - Federação Nacional da Educação e outros - Alteração salarial.

Na sua redação atual, declara-se que pela presente convenção coletiva serão abrangidas 361 SCM e um potencial de 44 000 trabalhadores.

Aquando da assinatura do acordo em julho deste ano, a FNE e a Frente Sindical da UGT sublinharam que no que diz respeito aos docentes foi alcançado pela primeira vez com a UMP, em resposta a uma proposta realizada pela FNE, uma vitória de consagração de uma carreira única para os educadores de infância e para os professores do ensino básico e secundário.

É a primeira vez que num contrato coletivo de trabalho se consegue que educadores e professores tenham a mesma tabela/carreira para se regularem. Desta forma dá-se a eliminação de duas tabelas dos docentes: a dos docentes com habilitação profissional com bacharelato e a tabela dos docentes não profissionalizados.

[Consulte aqui o BTE nº41, de 8 de novembro de 2024 com toda a informação e tabelas](#)



Lançado o processo de abertura de negociações salariais para 2025 entre FNE e setor social

A FNE, no âmbito de uma Frente de Sindicatos da UGT enviou, no passado dia 11 de novembro o processo de abertura de negociações para o setor social, nomeadamente com a União das Misericórdias Portuguesas, com a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade e com a União das Mutualidades Portuguesas.

A proposta que a Frente de Sindicatos da UGT, na qual a FNE integra apresenta como principal reivindicação a revisão das tabelas salariais dos trabalhadores em funções nas instituições do setor social representadas pelas entidades atrás referidas, onde se integram os educadores de infância e professores dos ensinos básico e secundário.

A FNE exige um aumento global de 6,5% de aumento para estes trabalhadores fundamentando a sua proposta, na valorização de 6,1% da Remuneração Mínima Garantida para 2025, na previsão da inflação para 2025, que segundo as previsões do Governo para o Orçamento de Estado de 2025 aponta para 2,3%, as metas que foram acordadas no Acordo Tripartido sobre Valorização Salarial e Crescimento Económico celebrado entre os parceiros sociais, em sede da Comissão Permanente da Concertação Social, em 1 de Outubro de 2024, e ainda o referencial de valorização de 5% do salário médio estabelecido neste mesmo acordo.

Na proposta apresentada para as instituições de solidariedade social, as IPSS, a FNE volta, uma vez mais a insistir na constituição de apenas uma carreira para todo o pessoal docente, exigindo que se termine com a diferenciação de carreiras entre docentes de setores de ensino diferentes.

A FNE e os restantes sindicatos da UGT que integram uma frente negocial encaram este processo negocial com a mesma responsabilidade e firmeza das negociações anteriores e tudo fará para que as soluções finais sejam aquelas que melhor defendam estes trabalhadores.

RESERVAS DE PROFESSORES SOB A LUPA

Antevisão de professores
necessários e disponíveis

Coordenação:
Isabel Flores

Investigadores:
Cláudia Vajão
Rute Perdigão
Vanda Lourenço

Assistente de Investigação:
Martim Frazão Matos



Falta de professores: Edulog traça mais um cenário desolador

Um cenário assustador: em 2031 vão faltar professores a quase todas as disciplinas e poderemos assistir a uma incapacidade quase total de fazer substituições ao longo do ano. A conclusão é de um estudo do think tank Edulog, da Fundação Belmiro de Azevedo, coordenado por Assunção Flores.

A FNE já lançou o alarme há vários anos: se nada se fizer em termos da atratividade da carreira docente chegaremos a uma altura em que não haverá professores para ensinar.

Depois, entre outros, dos trabalhos avisados da Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, da PORDATA, da Nova SBE, e a nível global da UNESCO, Internacional da Educação (IE), Comité Sindical Europeu da Educação, OCDE ou Comissão Europeia, o estudo “Reservas de Professores Sob a Lupa – Antevisão de professores necessários e disponíveis”, do Edulog, é mais uma machadada no charco.

Onde muitos apenas veem escolas sem professores e alunos sem aulas, a FNE sempre relacionou este flagelo educativo com o fim de uma escola pública e gratuita de qualidade e inclusiva, ou o término do direito à diversidade e à diferença, o fim de uma escola que permitisse a subida no degrau social.

Cegos, míopes ou simplesmente irresponsáveis, os governos foram assobiando para o lado, fingindo que a carreira docente era atrativa, que poderiam dispensar os professores mais experientes, que não precisariam de a rejuvenescer, que poderiam maltratar os professores até ao limite, que os poderiam maldizer, que talvez um dia tais docentes não teriam o direito à aposentação.

As condições de trabalho foram-se agonizando, encheram-se os docentes com burocracia e plataformas, foi-lhes imposta uma avaliação de desempenho Kafkiana, retiraram-lhes a autonomia pedagógica, desconsideraram as suas doenças, enfim, trataram-nos como trabalhadores temporários e vulgares para todo o serviço, mesmo que fosse a trezentos ou mais quilómetros de suas casas.

Uma esperança chamada alteração

As consequências dessa situação estão bem visíveis no último estudo do Edolog, desenvolvido no âmbito do projeto de investigação Necessidades de Professores em Portugal – Diagnóstico e Modelo de Gestão. O estudo pretende compreender “os desequilíbrios presentes e futuros na quantidade de professores de que o sistema educativo português necessita, face à quantidade existente disponível e com formação adequada”.

Para tal, o estudo foi dividido em duas partes que respondem a faces distintas deste desafio: na primeira conjugou-se informação diversa, da qual resultou a construção de um cenário prospetivo, sob a premissa de inexistência de mudanças nas variáveis que condicionam o sistema.

Na segunda, desenvolveu-se uma reflexão sobre possíveis soluções para o problema dos alunos sem aulas, fazendo uma revisão da literatura e das políticas que têm vindo a ser implementadas noutras geografias. Esta análise culmina na proposta de um modelo que resume as principais variáveis que determinam o volume de professores necessários e disponíveis para que o sistema de educação possa operar em equilíbrio.

De acordo com esta investigação, a falta de professores acentuar-se-á até ao final da década, no pressuposto de que as condições atuais não se alteram.

As reservas de professores tenderão a desaparecer entre 2026 e 2030, impossibilitando a substituição dos docentes que faltem durante o ano letivo, assim como os que, entretanto, se aposentem.

Em 2021 as principais carências resultavam da dificuldade de substituir ausências temporárias. Em 2031, mantendo-as condições atuais, estas carências serão visíveis pela via da colocação permanente e pela incapacidade total de substituir professores ausentes, pelo menos por professores igualmente qualificados.

O número de dias sem aulas irá subir exponencialmente. Em 2031, assistiremos a 8.700 professores por colocar em vagas permanentes e à falta de 15.700 professores para substituir colegas ausentes. Esta realidade será sentida essencialmente no 3.º Ciclo do Ensino Básico (3.º CEB) e no Ensino Secundário, e em praticamente todas as disciplinas.

De realçar que todas as projeções foram feitas com base no pressuposto de que nada se altera. E esta é porventura a nossa maior esperança, num terreno cheio de espinhos e de armadilhas, colocados durante décadas com total irresponsabilidade, convicção e displicência.



Formação com distribuição assimétrica

Uma das equações vitais para a resolução da falta de professores diz respeito ao número de professores em formação. O estudo do Edulog refere um denotado desequilíbrio territorial no capítulo da formação, que terá como consequência “dificuldades de distribuir os professores pelo país, nomeadamente na região sul” (pág. 50/87).

Na verdade, a maioria dos candidatos estão nas Escolas Superiores de Educação a preparar a sua formação para docentes do Pré-Escolar, 1.º CEB e 2.º CEB. Estas instituições de ensino superior existem de norte a sul do país. Ao nível do 3.º CEB e do Ensino Secundário, o curso com o maior número de estudantes inscritos é o de Educação Física, área para a qual não existe carência de professores. Todos os restantes cursos têm poucos alunos inscritos face ao volume que será necessário para garantir a resposta do sistema educativo.

A equipa de investigadores sublinha que a análise dos mestrados de profissionalização para o ensino em 2022/23 mostra um reduzido número de estudantes inscritos, em especial para o 3.º CEB e para o Ensino Secundário, com algumas áreas científicas a evidenciarem grande carência de estudantes.

E conclui que a distribuição da formação de professores pelo território nacional “é bastante assimétrica”.

Por seu lado, a formação de professores dos Pré-Escolar, 1.º CEB e 2.º CEB é assegurada pelos Institutos Superiores Politécnicos, que têm uma maior dispersão pelo território. É na Área Metropolitana de Lisboa que mais professores destes ciclos de ensino se formam, permitindo que estes grupos possam ter algum impacto nas necessidades mais a sul.

Quanto à formação dos docentes do 3.º CEB e do Ensino Secundário ela é exclusiva das Universidades, que têm uma menor dispersão territorial, com predominância de oferta no norte e centro do país. A campeã nesta formação é a Universidade do Porto, seguida da de Lisboa e depois Coimbra.

Nos lugares seguintes encontram-se as Universidades do Minho, Maia, Trás os Montes e Alto Douro, Lusófona-Lisboa, Nova de Lisboa e Beira Interior. Problema: as universidades a sul de Lisboa não tiveram qualquer mestrado desta natureza a funcionar no período analisado. Este desequilíbrio territorial na formação terá como consequência dificuldades de distribuir os professores pelo país, nomeadamente na região sul.

Recrutamento e retenção

A condição sine qua non para alterar este estado de arte é tornar a carreira docente atrativa. Não existe outra via, outro caminho, outra estrada. Através de políticas educativas dignas de recrutamento e de retenção de profissionais. Na linha do que defenderam o Professor Howard Stevenson (Universidade de Nottingham) e a Doutora Alison L. Milner (Universidade de Aalborg) no seu relatório Towards a Framework of Action on the Attractiveness of the Teaching Profession through Effective Social Dialogue in Education.

A parte final do estudo do Edulog menciona o problema e as soluções. Nomeadamente um modelo que identifica os principais parâmetros relacionados com a escassez de professores. Mais uma vez, estamos em crer que muitos parâmetros estão há anos identificados. Falta é assumi-los e revesti-los com a merecida camada de atratividade.



Observatório

CONVIVÊNCIA ESCOLAR



MELHOR

convivência escolar

MAIS

aprendizagens





O Ensino Português — Desafios, Inclusão e Valorização da Carreira Docente

A educação em Portugal encontra-se num período de transformações significativas, motivadas por dinâmicas sociais emergentes e exigências contemporâneas que reclamam uma constante revisão das políticas educativas. Para esta análise, vamos abordar os desafios centrais do ensino português, com especial enfoque na inclusão e na valorização da carreira docente, elementos essenciais para garantir uma educação de qualidade e preparar um futuro promissor.

O sistema educativo português encontra-se num momento de constante adaptação, impulsionado pela necessidade de responder às novas exigências sociais e económicas. Entre os principais desafios destacam-se a redução do abandono escolar, a promoção do sucesso educativo e a implementação de práticas inclusivas que garantam a igualdade de oportunidades para todos os alunos, independentemente das suas condições socioeconómicas.

O Decreto-Lei n.º 54/2018, que estabelece o regime jurídico da educação inclusiva, foi um marco importante neste sentido. Contudo, a falta de recursos adequados e a necessidade de uma formação mais especializada para os professores continuam a ser obstáculos. É necessária uma maior colaboração entre as escolas, as famílias e a comunidade para alcançar resultados mais eficazes e uma verdadeira inclusão.

A implementação de um sistema inclusivo exige mais do que a criação de legislação; exige uma mudança de práticas e de mentalidades. Para se construir uma escola inclusiva, é crucial o envolvimento de todos os intervenientes no processo educativo. No entanto, continuam a faltar recursos humanos especializados e uma formação contínua e específica para os docentes, que são fundamentais para o sucesso deste modelo.

Além disso, a sobrecarga burocrática enfrentada pelos professores é um problema crítico, desviando o foco do apoio direto aos alunos. Diminuir esta carga é essencial para que os docentes se possam concentrar no trabalho pedagógico e nas estratégias de inclusão, promovendo um ambiente escolar mais justo e equitativo.

Nos últimos anos, a profissão docente tem sofrido com a falta de atratividade, fruto de uma desvalorização prolongada que se reflete em salários estagnados e progressões limitadas. Para inverter este cenário, é fundamental que a revisão do Estatuto da Carreira Docente (ECD) inclua medidas que tornem a profissão mais apelativa para as novas gerações, promovendo uma necessária renovação do corpo docente.

Reconhecer o mérito e a experiência dos professores é essencial para a valorização da carreira. A recente negociação para a recuperação do tempo de serviço congelado foi um passo importante, mas a valorização dos professores deve ir além deste aspeto, incluindo melhorias nas condições de trabalho e progressões mais justas e transparentes.

A construção de um sistema educativo justo e eficaz exige um equilíbrio entre os direitos e deveres dos docentes. Por um lado, é necessário assegurar que os professores dispõem de condições adequadas para exercer a sua profissão, incluindo o acesso a formação contínua, tempos de preparação e apoio especializado.

Por outro lado, é expectável que os docentes se comprometam com a inovação pedagógica e com a excelência profissional, adaptando-se às necessidades dos alunos e contribuindo para a melhoria contínua do sistema educativo.

Tornar a carreira docente mais atrativa e reduzir a burocracia nas escolas são objetivos essenciais para assegurar a qualidade do sistema educativo.

A negociação do ECD necessita de contemplar soluções inovadoras que incentivem os jovens a ingressar na profissão e promovam uma maior motivação junto dos docentes já em exercício. A renovação do corpo docente, aliada a uma formação contínua e adequada, será determinante para preparar o sistema educativo para os desafios do futuro.

A FNE tem sido uma defensora consistente dos direitos dos docentes e continuará a lutar por uma educação inclusiva e equitativa. A aposta na negociação e no diálogo social é fundamental para conseguir uma melhoria das condições de trabalho e, assim, promover um ensino de qualidade para todos.

Não desistimos. Conseguimos! Este é o lema que continuará a orientar a ação da FNE, com a esperança de construir um futuro melhor para a educação em Portugal, assente na valorização dos seus profissionais e na promoção de uma escola inclusiva e equitativa para todos os alunos.

Isabel Maria Gouveia Machado Dias
Dirigente SDPGL



Os professores são os pilares das Escolas

Os Professores são os pilares das Escolas. É um chavão, contudo não deixa de ser verdade e ao estarmos a negligenciar a carreira docente estamos a comprometer o futuro das gerações que agora estão no sistema de ensino. Isto porque se se continuar a solicitar aos Professores que executem tarefas burocráticas, ineficazes, que a nada conduzem, apenas ao desgaste e ao cansaço extremo em que eles atualmente se apresentam, o tempo restante para preparar aulas, fazer avaliações, escutar os alunos (sim, porque é necessário escutar os alunos...) é praticamente nulo.

E este sim é o tempo útil no processo de ensino/aprendizagem. Mas os Professores têm suportado tudo, como bons pilares que são, só que já acusam grande “fadiga de materiais” e os fortes pilares que são podem mesmo ruir.

Ser Professor(a) é ser amigo(a), ser pai/mãe, avó/avô... A relação entre Professor e aluno deve em muito extravasar a relação ensino/aprendizagem e esta relação é impossível de construir com Professores exaustos, desmotivados (sim, porque os Professores também têm de se sentir motivados).

Os alunos, tal como os Professores, também estão exaustos. Passam demasiado tempo nas Escolas. Existe outro Mundo para além da Escola.

Os resultados de iliteracia dos nossos alunos resultam das sucessivas políticas de desinvestimento na Educação, bem como noutras áreas fundamentais. Desinvestimento nos Alunos, nos Professores, nos Auxiliares de Ação Educativa, enfim, em todos os intervenientes na Educação, que no limite somos todos nós. Todos somos “consumidores” da Escola, ou porque somos professores, ou porque somos alunos, ou porque somos avós, auxiliares de ação educativa...

Se bem pensarmos, tudo gira em torno da Escola (são as férias dos pais, os ATLS, os transportes públicos que têm horários adaptados de acordo com os horários escolares...).

Se de facto a Escola e todos os seus atores são deveras importantes na nossa Sociedade, porque têm sido alvo, nos últimos tempos, de tão pouco respeito, interesse, pela Tutela? Talvez o Futuro não importasse muito, mas só o imediato.

Mas é tempo de mudar a página. É necessário implementar medidas de modo a dignificar mais a carreira docente, para que o Futuro do Ensino seja mais risonho, mais eficiente...

Há que ter esperança numa melhor Escola.

Teresa Coelho
Dirigente SDPGL

DIA NACIONAL Trabalhador NÃO DOCENTE

● Encontro PAE 2024



Que papel no futuro da educação, que perfil e competências.

23 novembro | 14:30h - 18:30h

VILA REAL

Hotel Miracorgo
Sala Miguel Torga



MUNICÍPIO
VILA REAL





Secretário de Estado no Dia Nacional do Trabalhador Não Docente, em Vila Real: **“O novo estatuto vai consagrar o princípio da especialização”**

A transferência de competências, a Portaria dos Rácios e as injustiças do SIADAP foram os temas que dominaram a celebração do Dia Nacional do Trabalhador Não Docente (TND), que decorreu na tarde do dia 23 de novembro de 2024, em Vila Real. A organização esteve a cargo do STAE-ZN, filiado na FNE. E o encerramento contou com a participação de Pedro Dantas da Cunha, Secretário de Estado da Administração e Inovação Educativa (SEAIE), que revelou que o novo estatuto “vai consagrar o princípio da especialização”, definindo funções e perfis. O governante subscreveu a Resolução da FNE, que termina relevando que os “Funcionários de Escola também educam, também são parte na construção do futuro”.

A intervenção do Secretário de Estado da Administração e Inovação Educativa (SEAIE), Pedro Dantas da Cunha, no encerramento de quase duas décadas de celebração da FNE do Dia Nacional do Trabalhador Não Docente (TND), em Vila Real, trouxe esperança a estes profissionais da educação.

Num estilo casual, cuidado e inteligente, o SEAIE começou por felicitar a FNE por aquela comemoração, subscreveu a Resolução em prol da valorização dos trabalhadores não docentes e afirmou esperar ter condições para que ela se torne realidade.



“É da mais elementar justiça que os TND sejam valorizados”, defendeu. “E é importante um espírito construtivo de estabelecer compromissos. A FNE é muito diferente: a dialogar, a apresentar propostas, na defesa e na dignificação da escola pública. Os futurólogos da educação acertam pouco e já nos prometeram tudo. Mas os TND sabem como é que querem ser. É isso mesmo o que diz a vossa Resolução deste dia”.

Para Pedro Dantas da Cunha a pergunta do momento é “que estatuto profissional?”. Em seu entender há quatro pilares basilares na educação dos nossos dias: em primeiro lugar, o Espaço da educação vai mudar, uma vez que todos os sítios são para aprender, incluindo dentro da própria escola. Em segundo lugar, o Tempo, pois aprendemos em qualquer momento e em qualquer lugar. Depois o Currículo, onde tudo o que lá não consta também é para aprender. E finalmente os Atores/os Profissionais, porque o sistema educativo não inclui apenas professores.



Carreira especial demoraria mais 20 anos

Daqui se compreende a necessidade de existirem perfis específicos para os TND. Relativamente a esta questão, o SEAIE mencionou três pressupostos: **educar é relação**, relacionar-se com, o que considera um ato generoso de se entregar ao outro, o “mais generoso a seguir à Maternidade”. Neste ponto, Pedro Dantas Cunha convocou o seu mestre António Coimbra de Matos, porventura o maior psiquiatra português. O mestre defendia que **“eu sou porque sou amado”**. Ora, os TND são profissionais de relações, profissionais a estabelecer relações.

O segundo pressuposto é que a Educação é para profissionais, é uma entrega. Por isso, temos que definir o estatuto destes educadores. Em terceiro lugar, a educação não existe sem família: “Temos que ser família à volta da escola”, sublinhou. “Todos os profissionais constituem uma família e é bom que essa família seja funcional. Temos que valorizar as diversidades. Há especificidades dentro das nossas casas. Também tem que ser assim no serviço educativo prestado pelos TND”.

Pedro Dantas da Cunha revelou que “a pedra angular que a tutela vai apresentar no estatuto é o princípio da **especialização**. Queremos muito valorizar as funções dos TND, qualificar, e isso inclui os salários. Educar não é para qualquer um, de qualquer maneira”. O SEAIE justificou os princípios defendidos pelo Governo com o Orçamento de Estado 2025, ainda em discussão: “Queremos clarificar as competências do triângulo Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI), Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) e Diretores escolares, que ficou um pouco **a meio da ponte**.”

Falta definir quem é responsável por quem e isto ainda está por fazer”.

Outra vertente estratégica é avaliar o que correu bem, e o que correu menos bem, no Decreto-Lei da transferência de competências: “O MECI não fica desresponsabilizado e está atento aos padrões de alta qualidade que vão ser exigidos. Temos que melhorar o que existe, melhorando o que falta ainda clarificar”. Pedro Dantas da Cunha insiste que é preciso também rever a lei orgânica do MECI, organismo que, por vocação, está centrado em Lisboa. E ainda rever e visitar o quadro de gestão das escolas, que estão muito dependentes do Ministério da Educação.

Por fim, arrumar a casa, dentro do próprio MECI. O SE não cede à tentação de revelar que em abril “não tínhamos ainda um levantamento dos técnicos especializados, mas agora já sabemos. Ficámos a conhecer casos de profissionais com 13 anos de renovações. Isto é imoral, ilegal. Neste momento, já temos um mapa desses técnicos e em princípio virá um concurso já em 2025. Deste modo, ficarão a saber onde vão ficar para a vida”.

Os TND defendem a criação de uma carreira especial. Porém, Pedro Dantas da Cunha assegura que uma carreira especial demoraria pelo menos mais 20 anos a construir. Daí preferir a via da valorização, através da especialização e da qualificação destes profissionais.



Gerar a mudança

O tema da comemoração do Dia Nacional do Trabalhador Não Docente 2024 foi "**Que papel no futuro da educação, que perfil e competências**". O evento começou com a atuação da cantora local Sara Margarida, que, entre outros, cantou "Confesso", "Ai, Mouraria" e "Cheira bem, cheira a Lisboa", fados clássicos da autoria de Amália Rodrigues.

A abertura ocorreu pelas 14h30. Cristina Peixoto, Presidente do STAE-ZN, afirmou que "durante muito tempo passamos despercebidos, mas somos hoje um pilar consistente para todo o sistema educativo. Somos trabalho, exemplo, dedicação e amor. No entanto, a estabilidade tarda em chegar. Há uma união muito grande entre os TND. E se Camões escreveu mudam-se os tempos, mudam-se as vontades, nós queremos ser o motor gerador de mudanças".

Por sua vez, Alexandre Favaio, Vice-Presidente e vereador com o pelouro da Educação da Câmara Municipal de Vila Real (CMVR), destacou que "há uma necessidade premente e efetiva de valorizar os TND das escolas. Sem a sua retaguarda as escolas não funcionam. É urgente atualizar os rácios de assistentes técnicos e assistentes operacionais. Os TND são essenciais. E os municípios estão mais conscientes desta necessidade. Isto é uma questão de sentir, não é uma questão política".

Alexandre Favaio sublinhou que o seu município tinha iniciado este ano letivo apenas com trabalhadores do quadro municipal: "Isto é valorização. Mas o reconhecimento dos TND está ainda muito longe de ser satisfatório".





30 anos de serviço com salário mínimo nacional

Pelas 15h00 deu-se início à primeira mesa redonda da tarde com a participação dos três presidentes dos STAEs da FNE (Cristina Ferreira – Sul e Regiões Autónomas, João Ramalho – Zona Centro e Cristina Peixoto – Zona Norte), com moderação de Mariana Afonso, técnica superiora da CMVR.

Cristina Ferreira discorreu sobre as inquietações dos TND, considerados indispensáveis, mas sempre invisíveis: “Temos que ser considerados da equipa de educação da escola, falta o respeito que não têm por nós e isso que tem que acabar. Essa dor persiste em cada TND. Somos também educadores, devemos ter formação e estar capacitados. Os TND têm que ser vistos como parte integrante da escola e da comunidade educativa”.

Para esta presidente, “não há uma definição clara de competências entre as partes interessadas, o que nos deixa a todos muito preocupados. Estamos a falar de um poder local que muda de quatro em quatro anos. E quem vem a seguir pode melhorar ou piorar. Não há garantias de continuidade. Esta situação tem que ficar garantida na legislação. Isto é para já, porque para ontem e anteontem já era tarde”.

João Ramalho recordou que tinham conseguido negociar uma carreira especial com o Ministro Marçal Grilo: “Essa carreira tinha tudo aquilo por que andamos a lutar hoje. Mas o diploma 515/99, de 24 de novembro, foi revogado devido a critérios economicistas e caímos no conceito de carreiras gerais. Temos uma escola inclusiva, o que é maravilhoso. Mas que formação temos para lidar com estes desafios? Se houver um problema levamos logo com um processo disciplinar”.

O mais grave ainda é que “muitos de nós ganham o salário mínimo nacional. É vergonhoso. Alguns com 30 anos de serviço. Sentimo-nos injustiçados. Os assistentes técnicos ganham muito pouco e sofrem uma pressão muito grande. Muita responsabilidade cai sobre eles nas escolas. Com a entrega forçada dos TND às autarquias o patrão direto deles é o diretor. Mas acima da figura do diretor está a Câmara Municipal. Andamos aqui na terra de ninguém. Sentimo-nos desamparados”.

João Ramalho insiste que as escolas e os municípios andam em dessintonia. E os diretores são também vítimas: “Precisamos que o MECI, a ANMP e a ANDAEP, associação de diretores escolares, trabalhem em harmonia. E não estamos aqui no muro das lamentações”.



Vítimas da lógica de mercado

Cristina Peixoto referiu que os TND são pau para toda a colher: “Está na altura de sermos reconhecidos a nível de carreira e temos que ter os nossos conteúdos funcionais no papel. Passar para os municípios trouxe muitos desafios. Mas temos que fazer muito mais. Somos agentes de educação e não gostamos nada da designação ‘não docentes’. Todos sabemos que existe uma grande falta de articulação entre as escolas e os municípios. E por vezes sentimo-nos uma bola de pingue-pongue”.

Para a presidente do STAE-ZN, “somos trabalho, mas também somos Educação”. E a falta de formação é uma dor que atinge estes profissionais. Depois, quando vem à baila o SIADAP, soltam-se os cavalos: “Adoro aquela parte em que quando vamos assinar a nossa avaliação dizem-nos: ‘Mas não coloquem a data’. Acontece na generalidade dos municípios. Felizmente, aqui em Vila Real não”.

A um período de perguntas e respostas sucedeu, pelas 17h00, a segunda mesa redonda, com a participação de João Dias da Silva, Presidente da AFJET - Associação para a Formação e Investigação em Educação e Trabalho, Álvaro Almeida dos Santos (ANDAEP) e Pedro Barreiros, Secretário-Geral (SG) da FNE. João Dias da Silva apresentou uma perspetiva histórica muito bem fundamentada da entrada dos STAEs na FNE e das negociações relativas aos TND: “A escola para todos é muito recente, vem do 25 de abril. E tem prevalecido uma designação dos TND como um ‘pessoal menor’. Esta carga negativa tem mais de 100 anos”.

O Presidente da AFJET recordou que os TND têm revelado uma persistência enorme na celebração deste dia nacional e frisa haver poucos estudos sobre a problemática e relevância dos TND nas escolas: “No entanto”, enfatiza, “eles estão na primeira linha de proteção e de segurança de crianças e dos jovens”. Quanto à criação de um Dia Nacional do Assistente Operacional, aventada recentemente, João Dias da Silva comenta, de forma satírica, que “não precisamos da invenção de uma roda quadrada. A FNE já comemora este dia há cerca de 20 anos”.



Quem tem história sabe história: “Em 1993, a FNE apresentou a primeira estrutura dos conteúdos funcionais dos TND. Marçal Grilo foi decisivo no reconhecimento e na sua valorização. Mas pouco depois veio a crise do final de milénio. E a falta de dinheiro, juntamente com uma lógica de flexibilidade, polivalência e racionalização de recursos humanos foram fatais. Fomos vítimas de uma lógica de mercado”.

João Dias da Silva sublinhou que todos dentro da escola são importantes. Daí ter revisitado muitos esforços negociais, que foram conduzidos pela FNE em nome dos TND. O seu lema é o de continuarmos a manter a chama acesa, mas lembra que temos de refletir sobre o papel dos TND e da sua cultura organizacional e profissional, que influi sobre o clima escolar: “É preciso colmatar esta brecha através da investigação. Continuo a achar errado que a gestão dos TND tivesse sido garantida na transferência para os municípios. Tem que haver, sim, uma clarificação na atribuição de competências, mas acompanhada de uma distribuição de recursos. Continuem na vossa resiliência. Na vossa perseverança. Na vossa esperança”.



Álvaro Santos, ex-diretor da Escola Secundária de Valadares, confessou estar profundamente grato pela qualidade dos TND que trabalharam consigo: “Eles ajudam a criar um clima de confiança e harmonia nas escolas. 68% dos alunos no PISA sentem que há uma perturbação nas escolas quando faltam os TND”.

Quanto à insuficiência destes profissionais nas escolas, revela que mais de 30% dos diretores estavam insatisfeitos com a gestão dos TND pelas autarquias: “A ANDAEP defende uma valorização das carreiras e uma valorização salarial. Os TND são essenciais numa escola que se quer inclusiva. E os diretores estão preocupados com o desequilíbrio do rácio”.

FNE sem marcha atrás

Pedro Barreiros fez um historial completo de cerca de duas décadas de comemoração do Dia Nacional do TND pela FNE: “Todos nós temos um papel crucial na educação, todos educamos”. De seguida relacionou a subida dos níveis de indisciplina e de violência nas escolas com o défice de recursos humanos: “Alguns casos poderiam ser evitados, com mais orientação e vigilância. A convivência escolar pode ser colocada em risco. O que se passa é que há falta de professores e há falta de TND”.

O SG da FNE recordou que o Acordo de dois de agosto de 1999 modernizou a carreira dos TND e já tinha as áreas funcionais. Ora o Decreto de Lei 515/1999, de 24 de novembro, que hoje todos recordamos foi revogado e acabou por ser a machadada final no acordo que a FNE tinha celebrado. Pedro Barreiros considera haver questões de carreira, de organização e de valorização para resolver. E o trabalhador tem que ser o ponto charneira da mudança. Em sua opinião tudo se resume ao seguinte: “Se não for possível pela via negocial não haverá marcha atrás da FNE”.

Um quarteto de violinos do Conservatório de Vila Real apresentou três momentos musicais, que antecederam o encerramento desta celebração. Pedro Barreiros procedeu à leitura dos momentos essenciais da Resolução da FNE, concluindo que “queremos fazer parte das soluções, para o que é importante procedermos a um calendário negocial relativo aos TND”. O SE registou e a Resolução foi aprovada por unanimidade. Pedro Dantas da Cunha encerrou então o evento de Vila Real.

O Dia Nacional do TND celebra-se oficialmente no dia 24 de novembro, em memória da data da publicação do DL 515/99, que aprovou o Regime Jurídico do Pessoal Não Docente e estabeleceu um marco importante para a dignificação destes trabalhadores na comunidade educativa.





Os invisíveis da Educação: o Pessoal de Apoio Educativo

Com algum espanto vemos um sindicato ligado à educação a inventar uma nova bandeira para a sua luta: o Dia Nacional do Assistente Operacional.

Esta ideia, muito correta e justa sem qualquer dúvida, não é novidade nenhuma, pois a comemoração do Dia Nacional dos Trabalhadores Não Docentes é celebrada, no dia 24 de novembro, há quase duas décadas de anos pela FNE e os STAAEs.

A data de 24 de novembro teve origem no Decreto-lei 515/99, de 24 de novembro, onde finalmente foi **reconhecida pelo Ministério da Educação** uma carreira para os trabalhadores não docentes da educação, com conteúdos funcionais e respectiva formação profissional inicial e continua.

A ideia da criação do Dia Nacional do Assistente Operacional vem de uma estrutura sindical que já nos habituou a um oportunismo político-sindical, que destrói mais do que constrói, mas que tem uma comunicação social que lhe dá cobertura, muito típico de algum jornalismo atual.

Veja-se o que sucedeu numa das últimas reuniões que os STAAEs tiveram com o Ministro da Educação e respectivos Secretários de Estado, incluindo a Secretária de Estado responsável pela Administração Pública, onde a comunicação social esteve sempre presente, enquanto os assuntos em discussão respeitavam à classe docente. E quando chegou o momento da discussão dos assuntos dos não docentes com os membros de governo a comunicação social foi-se toda embora.

Este facto na altura foi referido frontalmente pelo nosso Secretário-Geral ao Ministro da Educação, que se manifestou solidário com a nossa mágoa. Lamentável! Aqui estão as invisíveis da educação,

Mas vamos falar agora dos ainda pouco visíveis da educação e tentar enviar uma mensagem a determinadas organizações sindicais da educação em que os alertamos que os trabalhadores não docentes, através dos STAAEs, comemoram o **Dia Nacional do Trabalhador Não Docente** a 24 Novembro e o **Dia Mundial do Pessoal de Apoio Educativo (PAE)** a 16 de maio, desde 16 de maio de 2018, dia que a Internacional da Educação (IE) determinou como **Dia Mundial Do Pessoal Apoio Educativo**, e que desde essa data é anualmente comemorado pela FNE e pelos STAAEs.

Tal não pode ser ignorado, uma vez que a FNE é a única organização sindical portuguesa que representa os Trabalhadores Não Docentes e que está filiada na IE.

Ainda para informação de algum movimento sindical não docente desatento, a FNE e os STAAEs organizaram, nos dias 16, 17 e 18 de maio de 2023, em Aveiro, o **Dia Mundial do Pessoal de Apoio Educativo**, em parceria com a IE, através da **II Conferência Mundial do Pessoal Do Apoio Educativo**, subordinada ao tema **“Construir a força dos sindicatos: Defender os Direitos e o Estatuto do PAE”**, com trabalhadores não docentes de todo o mundo. David Edwards, Secretário-Geral da IE, presidiu à conferência, que teve eco nos quatro cantos do mundo.

E para terminar, no dia 23 de novembro de 2024 a FNE e os STAAEs organizam, na cidade de Vila Real, mais uma comemoração do **Dia Nacional do Trabalhador Não Docente**, em que estará presente o Secretário de Estado da Educação e outras entidades.

Portanto, caros amigos, não vale a pena estar a descobrir o que está descoberto. Falamos do dia Nacional do Trabalhador Não Docente celebrado a 24 de novembro e do Dia Mundial do Pessoal de Apoio Educativo comemorado a 16 de maio. A FNE e os STAAEs comemoram anualmente as duas datas já há alguns anos, com o total respeito de uma classe trabalhadora da Educação, que merece a visibilidade que os alunos e os pais reconhecem publicamente, bem como o Ministério da Educação actualmente parece querer reconhecer.



The impact of eTwinning on teachers' wellbeing

Full monitoring report 2024



Erasmus+
Enriching lives, opening minds.

- Sport
- Jean Monnet
- Youth
- Higher education
- Vocational education and training
- Adult education

School education



eTwinning com impacto positivo no bem-estar dos professores

A Comissão Europeia publicou no final de outubro de 2024 o "Relatório de Acompanhamento do eTwinning 2024", centrado no impacto deste projeto no bem-estar dos professores. O relatório analisou a perceção do impacto do eTwinning no desenvolvimento pessoal e profissional dos professores, no seu estado emocional, nas relações sociais desenvolvidas na comunidade eTwinning, bem como as suas perceções de "prosperidade no trabalho".

Os dados foram recolhidos através de um inquérito em linha e de entrevistas com professores do ensino básico e secundário que participam ativamente no eTwinning.

Os professores que participaram nas atividades eTwinning consideram-se, de um modo geral, felizes e satisfeitos em vários itens do seu bem-estar e, de um modo geral, o eTwinning parece ter um impacto positivo em todos eles. Isto apoia a ideia de que o eTwinning contribui para que os professores se sintam felizes e saudáveis, tanto a nível pessoal como profissional.

Os professores que participam ativamente no eTwinning (geminadores electrónicos) consideram que o projeto tem um maior impacto na sua eficácia pedagógica do que nas suas relações interpessoais na escola.

Os geminadores electrónicos referiram ter um estado emocional positivo, tanto na sua vida quotidiana como durante as atividades eTwinning. Notaram igualmente que a participação no eTwinning e o reconhecimento aumentam este afeto positivo.

O eTwinning tem um impacto positivo na autonomia, competência e ligação dos geminados e incentiva o seu crescimento pessoal, aumentando o nível de confiança.

Por outro lado, oferece oportunidades de aprendizagem contínua. O reconhecimento formal e informal das atividades eTwinning serviu de motivação para o crescimento e a aprendizagem ao longo da vida.

761 professores galardoados

O *eTwinning* contribui pois para o bem-estar social dos *etwinners*, facilitando as relações profissionais e pessoais que conduzem a um sentido de colegialidade mais profundo entre os educadores e professores. O reconhecimento formal e informal das atividades *eTwinning* aumentou consideravelmente a perceção da profissão docente.

Os *geminadores* electrónicos experimentam níveis moderadamente elevados de realização e satisfação na sua profissão. O *eTwinning* foi citado como um fator de proteção contra o esgotamento e a estagnação, aumentando significativamente os recursos profissionais, tais como o apoio social e emocional.

O projeto europeu estimulou de igual modo a reflexão dos professores sobre as suas funções, facilitou a mudança das funções tradicionais de ensino para outros cargos e reduziu as ideias de desistência.

O *eTwinning* é uma Ação do Programa Erasmus+ da União Europeia. Tem como principal objetivo criar redes de trabalho colaborativo entre as escolas europeias, através do desenvolvimento de projetos comuns, com recurso à Internet e às Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). O *eTwinning* pode integrar alunos e professores desde o pré-escolar até ao fim do secundário, tanto de escolas públicas como privadas, do ensino regular e/ou profissional.



Fonte: DGE

O projeto explora uma ampla gama de disciplinas e temas do currículo, promove a inclusão e aumenta a proficiência linguística em diferentes idiomas. Promove ao mesmo tempo o pensamento crítico, potencia a criatividade e coloca em prática os Domínios de Autonomia Curricular (DAC). Outro ponto positivo é o aprofundar conhecimentos sobre a diversidade de culturas dos países envolvidos nas parcerias.

Em 2024, o projeto somou em Portugal 717 selos nacionais de qualidade *eTwinning*, a maior fatia deles no norte e centro do país. Os *eTwinners* portugueses que conquistaram o Selo Nacional de Qualidade (SNQ) este ano submeteram até ao passado dia 18 de novembro os seus projetos aos Prémios Nacionais *eTwinning*.

O *eTwinning* é a maior comunidade de escolas da Europa, contando com mais de 770.000 professores inscritos.

Em 2024, foram apresentadas 813 candidaturas a SNQ, tendo a “Organização Nacional de Apoio (ONA) *eTwinning*” galardoado um total de 761 professores, envolvidos em 443 projetos, desenvolvidos em 248 estabelecimentos de ensino.

O *eTwinning* pretende promover, em professores e alunos, a consciência do modelo europeu de sociedade multilingue e multicultural no âmbito de todas as áreas curriculares. Para isso, é necessário que se estabeleça uma associação de, no mínimo, duas escolas de dois países europeus, que utiliza as TIC para desenvolver em conjunto uma atividade pedagógica relevante.





Relatório Nacional

Portugal

ICILS

2023



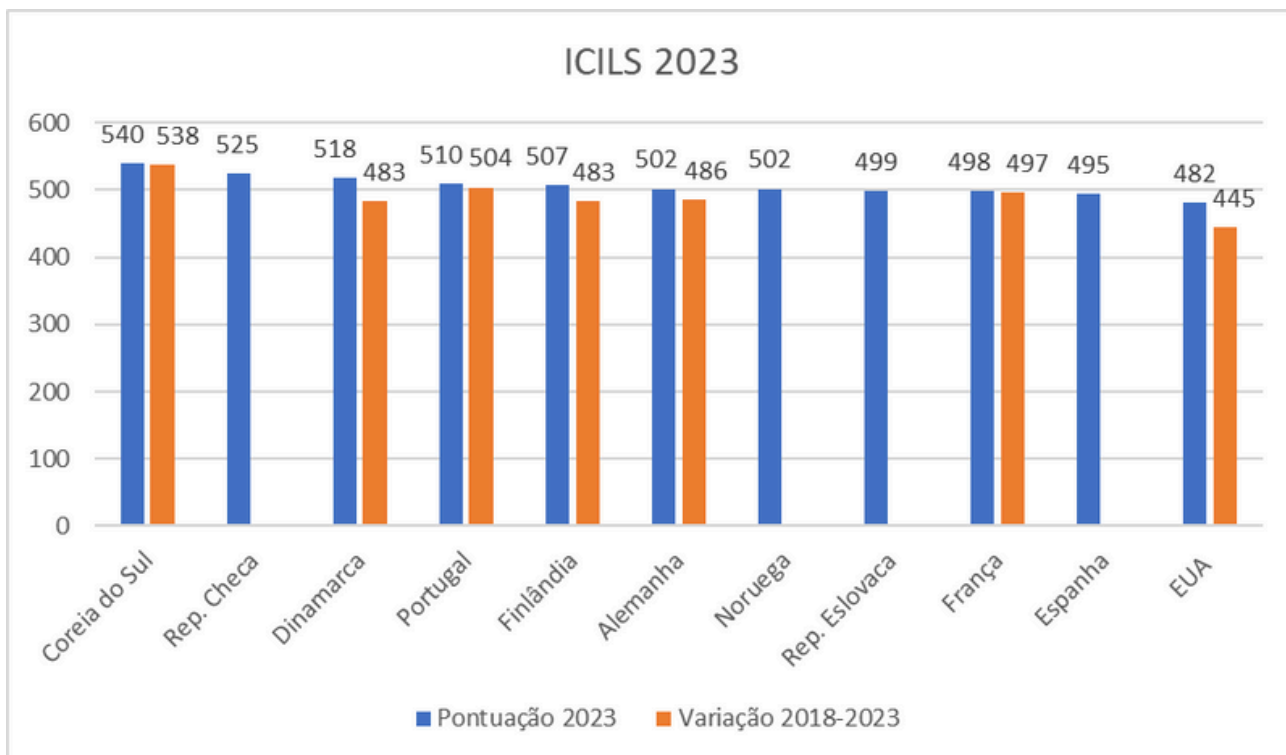
ICILS 2023: 25% de nativos digitais com baixa proficiência em TIC

A Coreia do Sul, com 540 pontos numa escala de 0 a 1000, obteve o primeiro lugar no desempenho da edição do ICILS 2023 (International Computer and Information Literacy Study), que analisa a Literacia em Computadores e Informação (CIL), em alunos do 8º ano de escolaridade. Portugal ficou no sexto lugar com 510 pontos, menos seis que na edição de 2018, mas ainda acima da média internacional de 476 pontos. Cerca de 25% dos jovens nativos digitais apresentam ainda uma baixa proficiência em TIC, abaixo do nível básico.

Pela primeira vez, os alunos portugueses conseguiram posicionar-se nos cinco primeiros lugares europeus num estudo internacional de literacia. À sua frente apenas a República Checa (525 pontos) e a Dinamarca (518 pontos) conseguiram uma melhor performance.

Participaram, no ICILS 2023, 34 países, 5 mil escolas, 60 mil professores e 130 mil alunos do 8º ano de escolaridade, através de um teste de CIL (60 minutos), um teste de Pensamento Computacional - CT (50 minutos) e questionários de contexto. A participação portuguesa incluiu 3650 alunos de 164 escolas selecionadas em todo o território nacional por um processo aleatório.

O ICILS analisa a literacia em computadores e informação, definida com a capacidade de os alunos utilizarem computadores para investigar, criar e comunicar, permitindo uma participação eficaz em contextos educacionais e sociais.



Fonte: FNE/ ICILS 202

Nota: Os EUA não cumpriram metas de amostragem

O ICILS apresenta cinco níveis crescentes de desempenho a CIL: nível 1 (407 a 491 pontos); abaixo do nível 1, nível 2 (492 a 575), nível 3 (576 a 661) e nível 4 (mais de 661). Numa leitura global, deparamos com cerca de 25% de alunos abaixo do nível básico, enquanto 27% alcançaram o nível 1, 34% o nível 2, 14% o nível 3 e apenas 1% atingiram o nível máximo (nível 4).

No nosso país, cerca de 11% dos alunos ficaram abaixo do nível 1, 26% alcançaram o nível 1, 42% o nível 2, 20% o nível 3 e 1% o nível 4.

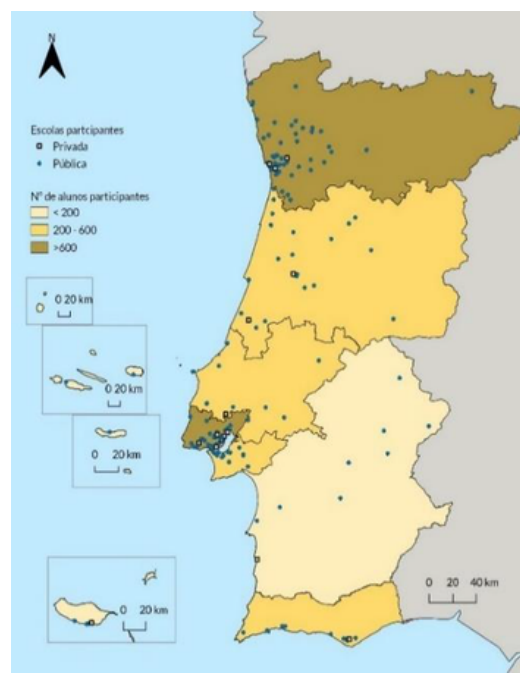
Vinte e um países, incluindo Portugal, avaliaram também o pensamento computacional (CT), ou seja, a capacidade de resolver problemas reais com soluções computacionais. Neste capítulo, Taiwan foi o melhor classificado, com 549 pontos, enquanto Portugal, com 484 pontos, ficou em 12.º lugar. Neste item, 6% dos alunos portugueses ficaram aquém do nível básico de pensamento computacional, enquanto dois terços alcançaram pelo menos o nível 2.

Distribuição geográfica das escolas e dos alunos participantes no ICILS 2023

Em termos de género, e em 28 dos 31 países, as raparigas bateram os rapazes em CIL com uma média internacional de 486 pontos, contra uma média de 467 dos rapazes.

Em Portugal, a diferença foi de apenas 9 pontos. Em pensamento computacional, os rapazes obtiveram uma pontuação ligeiramente superior.

**Fonte: IAVE a partir de IEA (2024)
Base de dados ICILS 2023**



O digital divide

Como já é habitual em estudos comparativos, os alunos de famílias com níveis socioeconómicos mais elevados alcançaram pontuações significativamente melhores, quer em CIL, quer em CT. Em Portugal, os alunos com pais de nível académico igual ou superior ao bacharelato obtiveram, em média, mais 40 pontos em CIL e 46 em CT.

O acesso em casa a dispositivos digitais influenciou de igual modo os resultados, tanto a nível nacional, como internacional. No nosso país, os alunos do 8º ano com um acesso regular, para estudar e fazer os seus trabalhos de casa, conseguiram em média mais 40 pontos em CIL e mais 38 pontos em CT. Os melhores resultados também estão em linha com um bom acesso à internet.

O número de computadores em casa influencia, pois, positivamente os resultados dos alunos. Os alunos com cinco anos ou mais de experiência na utilização de computadores pontuaram mais 32 pontos significativos do que os seus colegas. Os alunos que referiram ter três ou mais computadores em casa pontuaram mais 78 pontos significativos relativamente a alunos sem computador em casa.

No seu “Relatório Nacional Portugal ICILS 2023”, o IAVE sublinha que um maior número de livros em casa também está associado a um melhor desempenho médio em pensamento computacional (CT). Os alunos que indicaram ter 26 ou mais livros em casa alcançaram, em média, 510 pontos na escala de CT, mais 55 pontos significativos do que os alunos que reportaram ter menos de 26 livros em casa (pág. 51/65).

Por outro lado, os alunos de escolas privadas obtiveram desempenhos significativamente superiores aos alunos de escolas públicas, comprovando que o “digital divide”. No entanto, o IAVE refere no seu sumário executivo que “existe uma correlação baixa em sentido direto entre os resultados em CIL e o estatuto socioeconómico dos alunos”.

Promover a análise e criação digital

Comparativamente aos resultados do ICILS 2018, apenas a Itália e o Luxemburgo apresentaram uma melhoria significativa. Por outro lado, a redução de seis pontos de Portugal não é estatisticamente significativa. Um pouco mais notadas são as reduções de 35 pontos da Dinamarca e de 24 pontos da Finlândia.

Os desempenhos do ICILS 2023 apontam na direção de que o ensino disruptivo a distância durante a pandemia foi incapaz de promover o esperado incremento nas competências digitais dos alunos do 8º ano.

João Marôco sublinhou a propósito que “A experiência de ensino online focou-se no uso imediato de ferramentas digitais para atividades educativas, mas a verdadeira literacia de computadores e informação (LCI) e o pensamento computacional exigem uma abordagem mais aprofundada e diversificada”. Por isso recomenda atividades que vão além do uso básico da tecnologia e promovam a análise e criação digital.

Ademais, é preciso investir na formação contínua dos professores e na redução de desigualdades no acesso a dispositivos e à internet nos alunos desfavorecidos. Estas são reivindicações constantes da FNE e dos seus sindicatos.





unesco

Safe to learn and thrive

Ending violence in and
through education



Violência e assédio moral nas escolas: UNESCO apela a uma melhor proteção dos alunos

"As escolas devem ser locais seguros, inclusivos e acolhedores para todos os alunos, propícios à aprendizagem e à ligação social".

A frase é de Audrey Azoulay, Diretora-Geral da UNESCO e encontra o seu eco na ação sindical da FNE e do **Observatório da Convivência Escolar**, em que a FNE, a AFIET, a CONFAP, a ANDAEP, o IAC (Instituto de Apoio à Criança) e a Ordem dos Psicólogos Portugueses (OPP) desenvolvem a sua missão.

Por ocasião do "Dia Internacional contra a Violência e o Bullying nas Escolas, incluindo o Cyberbullying", comemorado este ano no dia sete de novembro de 2024, a UNESCO apelou a uma melhor proteção dos alunos contra as agressões físicas, verbais e psicológicas a que podem estar sujeitos, em especial tendo em conta o aumento da discriminação e da violência ligadas ao género.

Ao amplificar as perspetivas dos alunos e as vozes das crianças, a UNESCO apela aos líderes para que cumpram os seus compromissos e promete transformar os ambientes de aprendizagem em espaços seguros e inclusivos.

O tema de 2024 foi **"Proteger, educar, capacitar: Um apelo dos alunos para escolas seguras e inclusivas"**, no reconhecimento do papel crítico da educação no fim da violência e a importância das perspetivas dos alunos na definição de políticas e práticas educativas.

Este dia apela aos alunos, aos pais, aos membros das comunidades educativas, às autoridades educativas e a uma série de setores e parceiros, incluindo a indústria tecnológica, a participarem na prevenção de todas as formas de violência e na promoção de ambientes de aprendizagem seguros que são essenciais para a saúde, o bem-estar.

"Na escola", enfatizou Audrey Azoulay, "todas as crianças devem sentir-se respeitadas, aceites e seguras, para poderem aprender e desenvolver-se. Demasiados alunos continuam a ser vítimas de violência e de bullying. E na era das redes sociais", prossegue aquela dirigente, "estes problemas já não se limitam aos portões da escola: estão presentes e amplificam-se em linha. Este Dia Internacional deve estimular um esforço coletivo para intensificar a luta contra a violência e a intimidação na educação".

Raparigas mais vulneráveis

Quase um em cada três alunos em todo o mundo afirma ter sido agredido fisicamente pelo menos uma vez durante o ano. Todos os meses, o bullying afeta um em cada três alunos. O cyberbullying está também cada vez mais difundido, afectando atualmente uma em cada dez crianças.

Estes fenómenos têm consequências graves não só para a aprendizagem, mas também para a saúde mental dos alunos. As vítimas de bullying têm duas vezes mais probabilidades de sofrer de solidão grave, insónias e pensamentos suicidas.

A violência na escola afeta de forma desproporcionada determinados grupos por razões de género, orientação sexual, estatuto socioeconómico e outros marcadores de identidade.

As raparigas são particularmente vulneráveis: até 25% das raparigas adolescentes são vítimas de violência baseada no género e até 40% destes incidentes ocorrem na escola.

Em todo o mundo, 42% de jovens lésbicas, gays, bissexuais e transgéneros foram “ridicularizados, gozados ou ameaçados na escola”, principalmente por outros alunos, devido à sua orientação sexual ou identidade de género.

Apesar deste quadro, há ainda muitos países sem um quadro jurídico abrangente dedicado ao combate à violência nas escolas. Por exemplo, nos Estados Unidos da América apenas 32 dos 50 Estados dispõem de uma tal ferramenta.





Uma abordagem multi-setorial

O novo relatório da UNESCO **“Safe to learn and thrive: ending violence in and through education”** (Seguro para aprender e prosperar: acabar com a violência na e através da educação), publicado no passado dia seis de novembro de 2024, sublinha o papel essencial desempenhado pelas políticas públicas, normas e cooperação multi-setorial na contenção destes fenómenos.

O documento é todo estruturado no princípio de que “transformar a educação para acabar com a violência é um imperativo holístico” que cabe a todos nós: “Acabar com a violência na educação não é não é apenas uma obrigação moral e legal – é essencial para a construção de uma sociedade pacífica, justa e inclusiva” (pág. 3/46).

A publicação baseia-se em provas e conhecimentos globais alargados sobre a natureza multifacetada e as causas profundas da violência na educação. Por outro lado, oferece estratégias práticas e acionáveis para criar ambientes de aprendizagem seguros, inclusivos e solidários, garantindo que todos os alunos possam prosperar, livre de danos.

“Alcançar esta visão”, lemos nas conclusões do relatório, “exige uma atitude inabalável de compromisso. Não apenas com ações imediatas, mas com a transformação sustentada e sistemática de como abordamos a educação. Esta questão não é apenas um imperativo educacional. Mas social e essencial para o bem-estar e desenvolvimento das gerações atuais e futuras” (pág. 40/46).

Para reforçar os esforços neste domínio, a UNESCO elaborou uma avaliação global da situação nos últimos anos. A organização também enviou aos seus Estados Membros um conjunto de diretrizes, uma série de notas temáticas e um guia para professores para combater a violência baseada no género nas escolas. A acrescentar, produziu recomendações sobre o bullying nas escolas e uma nota técnica sobre o papel fundamental dos professores.

A UNESCO promove uma abordagem multi-setorial, envolvendo alunos, professores, famílias e a comunidade local no seu conjunto, a fim de criar ambientes de aprendizagem seguros e respeitadores. O **Observatório da Convivência Escolar** da FNE, AFJET e seus parceiros também segue estas directrizes.

Apoio a projetos em todo o mundo

A UNESCO apoia muitos projetos no terreno que põem em prática as suas recomendações, especialmente em África e na Ásia, através do programa Connecting With Respect (**Ligar com Respeito**). O programa ajuda a prevenir o bullying baseado no género, encorajando os alunos a tratarem-se uns aos outros com respeito e mostrando às vítimas onde procurar ajuda. Na África Ocidental, a UNESCO também formou mais de 20 mil educadores para criar um ambiente escolar livre de violência.

Em outubro de 2024, aquela organização da ONU lançou um novo projeto com a França e a Comissão Europeia, dedicado à saúde mental das crianças em idade escolar naquele país. O projeto, com a duração de dois anos, visa reforçar as competências das equipas educativas nesta área e criar redes de apoio aos estudantes que reúnam professores e educadores, pessoal de saúde e serviços sociais.

É também fundamental que os currículos sejam concebidos de forma a garantir que os conteúdos educativos promovam os valores da **paz** e do **respeito** pelos outros. Este é o objectivo da **“Recomendação da UNESCO sobre Educação para a Paz, os Direitos Humanos e o Desenvolvimento Sustentável”**, adoptada por unanimidade pelos seus 194 Estados-Membros há um ano.

A UNESCO está agora a ajudar os seus membros a implementá-la, para que as escolas possam ser um baluarte eficaz contra o discurso de ódio e a discriminação, que estão sempre na origem do bullying e da rejeição dos outros.

As comemorações deste ano coincidiram com a abertura da primeira Conferência Ministerial Global sobre o Fim da Violência contra as Crianças, que decorreu em Bogotá, na Colômbia, de 7 a 8 de novembro.

Através de uma série de eventos na Conferência, a UNESCO e os parceiros destacaram o poder da educação para acabar com a violência e apresentaram boas práticas para abordar as causas profundas da violência e para ligar as crianças aos serviços de apoio de que necessitam para prosperar.

O **“Dia Internacional contra a Violência e o Bullying nas Escolas, incluindo o Cyberbullying”** foi instituído pela UNESCO em 2019 e acontece na primeira quinta feira de novembro. O dia reconhece que a violência relacionada com a escola, em todas as suas formas, constitui uma violação dos direitos das crianças e dos adolescentes à educação e à sua saúde e bem-estar.





Da esquerda para a direita, Pedro Barreiros, Chris Castro e José Augusto Cardoso

FNE no Seminário Internacional da Educação, no Brasil

A Confederação Sindical da Educação dos Países de Língua Portuguesa - CPLP-SE promoveu a 28 e 29 de outubro o Seminário Internacional da Educação, em Fortaleza, Brasil, num evento que reuniu líderes sindicais e educadores para debater desafios e apresentar propostas visando a valorização da Educação pública nos países de língua portuguesa e que foi organizado pelas entidades brasileiras: CNTE, CONTEE e PROIFES, e contou com a presença e apoio da Internacional da Educação (IE) e da Internacional da Educação para a América Latina (IEAL).

Pedro Barreiros, Secretário-Geral da FNE, marcou presença neste espaço por todos considerado como essencial para aprofundar temas relacionados às melhores condições de vida e trabalho dos profissionais da educação, além de fortalecer a luta por uma educação pública, laica, gratuita, socialmente referenciada, democrática e inclusiva.

O seminário com o tema “Do local ao global: fortalecendo a educação pública e a organização sindical!” contou com cerca de 300 participantes, incluindo líderes sindicais, educadores e pesquisadores de onze países: Alemanha, Angola, Estados Unidos, Costa Rica, Guiné-Bissau, Portugal, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Uruguai, Argentina e Brasil.

A programação incluiu lançamentos de publicações, apresentações de vídeos e painéis de discussão, onde educadores e representantes compartilharam experiências e estratégias para enfrentar os desafios atuais da educação. Os participantes puderam ainda trocar ideias sobre práticas pedagógicas inovadoras e discutir a importância da valorização dos profissionais da educação, resultando num ambiente colaborativo e inspirador.

O evento festejou ainda os 25 anos da CPLP-SE, reforçando o papel da Confederação no cenário educacional global e a sua importância para a luta por uma educação pública de qualidade.



No final do seminário foi aprovada a Carta de Fortaleza, que apresenta diretrizes conjuntas para impulsionar a educação pública e o movimento sindical em países de língua portuguesa. A carta destaca a necessidade de um financiamento adequado para a educação, a defesa de uma formação docente de qualidade, entre outros pontos. O documento é um manifesto que convoca todos os envolvidos a comprometerem-se com a Educação Pública e a valorização dos profissionais da educação, enfatizando a importância de garantir condições dignas de trabalho e acesso igualitário ao ensino para todos.

O Carta será apresentada na íntegra na atividade que vai ser realizada no Rio de Janeiro, na Cúpula Social, onde as três organizações sindicais brasileiras (CNTE, CONTEE e PROIFES) apresentarão os resultados deste seminário e as propostas ao G20.

CNTE, CONTEE e PROIFES, do Brasil; FNE de Portugal; SINPROF e FSECDCSA, de Angola; FECAP e SINDEP, de Cabo-Verde; SINAPROF da Guiné-Bissau, e SINPREST de São Tomé e Príncipe, que muito contribuíram com o debate e alimentaram a necessidade de intensificar a luta para assegurar que de facto a educação seja um direito para todos.





2º Fórum da CPLP-SE fez balanço do presente e lançou os planos para o futuro da organização

A 29 de outubro e em paralelo com o Seminário Internacional da Educação, as organizações da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) reuniram-se para o seu 2º Fórum que destacou a atuação de cada entidade, os desafios enfrentados e o sentimento de fortalecimento da Confederação Sindical de Educação dos países lusófonos.

O Secretário-Geral da CPLP-SE, Heleno Araújo, deixou uma saudação especial e reforçou a importância da unidade e coletividade das ações, uma vez que no momento do Fórum, estava numa outra reunião de trabalho.

Uma das principais discussões foi a avaliação da participação da CPLP-SE no Congresso da Internacional da Educação (IE), realizado em julho, em Buenos Aires.

Na ocasião, foram destacadas as resoluções apresentadas pela CPLP-SE.

Entre os desafios apresentados, recebeu atenção especial a necessidade de concretizar um observatório de educação que monitorize e avalie as políticas educativas nos países lusófonos. Esse instrumento é essencial para se garantir que as vozes dos professores sejam ouvidas e suas reivindicações atendidas.

Durante o encontro, os participantes debateram ainda como continuar a construção da CPLP-SE. Foram propostas diversas etapas para estruturar a confederação, considerando a diversidade cultural, política e económica dos países de língua portuguesa.

As etapas para essa estruturação incluem:

1. Definição de Missão e Visão Comuns
2. Estrutura Organizacional
3. Planeamento Estratégico
4. Engajamento e Mobilização
5. Formação e Capacitação
6. Advocacia e Negociação
7. Assistência e Apoio
8. Transparência e Prestação de Contas
9. Inovação e Adaptabilidade
10. Rede de Colaboração
11. Cultura e Identidade Lusófona

Estruturar uma confederação sindical internacional lusófona dessa forma permite enfrentar os desafios atuais de maneira organizada, eficaz e com foco na valorização contínua dos profissionais da educação nos países de língua portuguesa.



PRÓXIMOS PASSOS

A próxima reunião do Conselho de Ministros da CPLP será no dia 17 de julho de 2025 na Guiné-Bissau, país que vai acolher a próxima cimeira dos chefes de Estado e Presidência rotativa da organização, sucedendo a São Tomé e Príncipe.

A CPLP – SE organizará um encontro no período objetivando intervir e apresentar demandas das organizações aos governantes lá reunidos e apresentará também a experiência de projeto desenvolvido pela CPLP-SE e IE por meio da parceria com um sindicato da Noruega e a recente chegada da Austrália como Sinaprof – Guiné-Bissau.

FNE/CPLP-SE

Publication

PISA 2022 Results

Learning Strategies and Attitudes for Life

Volume V



Volume 5 do PISA 2022: Melhores alunos são mais cautelosos nas redes sociais

A OCDE divulgou, em 13 de novembro de 2024, o quinto e último volume do PISA 2022, intitulado Estratégias de aprendizagem e atitudes para a vida. O documento analisa a preparação dos alunos para se envolverem em estratégias de aprendizagem, para se sentirem motivados para aprender e para terem confiança nas suas capacidades e na sua capacidade de melhorar as suas competências e conhecimentos.

Países como a Coreia reduziram a ansiedade em relação à matemática, Portugal destaca-se no pensamento crítico e mais alunos com baixo desempenho na Costa Rica e nos Estados Unidos conseguem avaliar eficazmente a informação online. Num item referente às principais estratégias de aprendizagem / pensamento crítico, 80% dos alunos portugueses responderam que “tento considerar a perspetiva de todos antes de tomar uma posição”.

No entanto, muitos alunos dos países e economias do PISA continuam a ter problemas de motivação, ansiedade e confiança nas suas capacidades de aprendizagem autónoma. As disparidades socioeconómicas persistem, afetando tanto as estratégias de aprendizagem como a autoconfiança. Estas conclusões sublinham a necessidade de intervenções específicas para promover a motivação e as competências de Aprendizagem ao Longo da Vida (ALV) de todos os alunos, em especial dos alunos desfavorecidos e com fraco desempenho escolar.

Este volume final do PISA 2022 é estruturado em três vertentes principais: analisa profundamente um dos aspetos mais críticos da educação moderna: a preparação dos alunos para a aprendizagem ao longo da vida; explora a forma como os sistemas educativos preparam os alunos para navegar e prosperar num futuro imprevisível, concentrando-se nas suas estratégias de aprendizagem, motivação e autoconfiança; e por fim investiga o papel do contexto socioeconómico, do género e do apoio que os alunos recebem dos pais e dos professores na formação da sua preparação para uma aprendizagem sustentada ao longo da vida.



Estereótipos de género persistem

Nem todos os alunos utilizam estratégias de aprendizagem para uma ALV. O último inquérito PISA mostra que as estratégias de aprendizagem para a ALV conduzem frequentemente a melhores resultados escolares. No entanto, muitos alunos na OCDE não as utilizam.

Fazer perguntas em caso de dúvida, considerar outras perspetivas ao tomar uma posição, relacionar o que sabe com o que aprendeu no passado e pensar e explicar o raciocínio por detrás da resolução de um problema matemático são estratégias que podem melhorar o desempenho escolar. No entanto, nem dois terços dos alunos, em média, as utilizam.

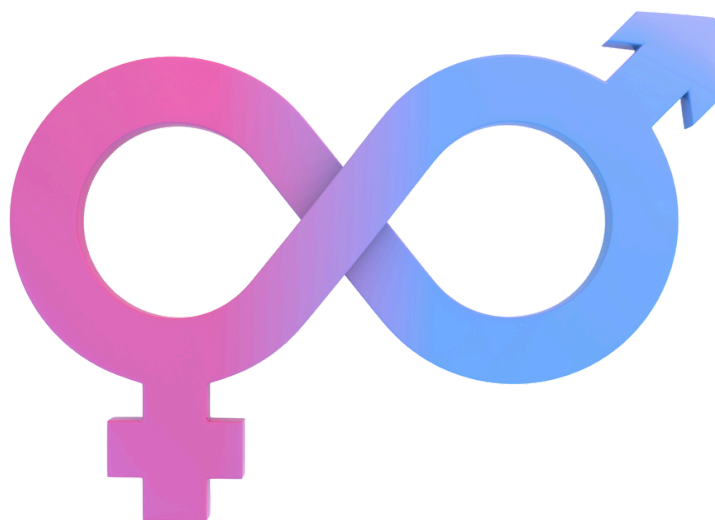
Motivar os alunos e ajudá-los a desenvolver atitudes positivas é um desafio. O amor pela aprendizagem pode ter um impacto poderoso nos resultados da aprendizagem, mas apenas cerca de metade dos alunos da OCDE gostam de aprender coisas novas na escola e um número ainda mais reduzido refere que gosta de trabalhos escolares desafiantes.

O desejo de ter um bom desempenho nas aulas e outras motivações instrumentais são mais comuns. Cerca de um terço dos alunos discorda da afirmação de que algumas pessoas simplesmente não são boas a matemática, apesar dos seus melhores esforços.

No capítulo relacionado com a motivação e predisposição para aprender matemática, 92% dos alunos portugueses respondem querer ter um bom desempenho naquela disciplina.

Os estereótipos de género persistem e nem todos os alunos necessitam do mesmo tipo de apoio. As raparigas relatam consistentemente mais estratégias de pensamento crítico (tomada de perspetiva) do que os rapazes, particularmente quando se consideram múltiplos pontos de vista antes de tomar uma posição.

As raparigas também estão mais intrinsecamente motivadas para aprender na maioria dos países e economias. No entanto, os rapazes são mais propensos do que as raparigas a reportar uma mentalidade construtiva em matemática, sugerindo estereótipos de género persistentes na aprendizagem da matemática. Os alunos socioeconomicamente favorecidos relatam com consistência mais utilização de estratégias-chave de aprendizagem do que os seus pares desfavorecidos. Os primeiros estão também mais intrinsecamente motivados para aprender e ter atitudes positivas.



$$h = 2^{-1} \quad F = G \frac{m_1 m_2}{d^2} \quad E = mc^2 \quad h = 2^{-1} \quad F = G \frac{m_1 m_2}{d^2}$$

$$h = ? \quad 1 + \frac{1}{4} + \frac{1}{9} + \frac{1}{16} + \frac{1}{25} + \dots = \frac{\pi^2}{6}$$

$$\frac{1}{2} \sigma^2 S^2 \frac{\partial^2 V}{\partial S^2} + rS \frac{\partial V}{\partial S} + \frac{\partial V}{\partial t} - rV = 0 \quad \left(\frac{N_{50}}{x} \right)$$

$$x = \frac{-b \pm \sqrt{b^2 - 4ac}}{2a}$$

$$F(n) = \frac{(4)^n - (-\frac{1}{4})^n}{\sqrt{5}}$$

$$\frac{1}{2} \sigma^2 S^2 \frac{\partial^2 V}{\partial S^2} + rS \frac{\partial V}{\partial S} + \frac{\partial V}{\partial t} - rV = 0$$

Interação com pais ajuda na matemática

As escolas desempenham um papel essencial na formação de alunos autodirigidos. Os alunos com baixo desempenho em matemática são muitas vezes menos confiantes na realização de tarefas de aprendizagem autodirigidas, tais como planear quando fazer trabalhos escolares ou encontrar recursos de aprendizagem por conta própria.

Para ambas as tarefas, os alunos qualificados reportam maior confiança em todos os países e economias participantes no PISA 2022. No entanto, permanecem desafios importantes para todos os alunos em termos de motivação para realizar trabalhos escolares de forma independente.

Os alunos com melhor desempenho escolar não só reportam melhores práticas de aprendizagem digital, como também são mais cautelosos na partilha de informação não verificada nas redes sociais.

Os pais podem realmente fazer a diferença simplesmente interagindo frequentemente com os filhos. As interações entre alunos e pais nas atividades diárias, como fazer as refeições principais em conjunto ou passar algum tempo a conversar, são vitais. Em seis itens solicitados, os alunos portugueses estão pelo menos 7% à frente da média da OCDE, no que respeita às interações com seus pais.

A maior diferença (17,7%) respeita a conversas que os pais ou alguém lhes faz pelo menos uma vez por semana sobre o futuro deles na educação, em que Portugal regista 76%, contra a média de 58,3%. Verificada na OCDE.

Os dados do PISA mostram que os alunos que têm estas interações diárias normais com os pais têm maior probabilidade de serem proativos na aprendizagem da matemática do que aqueles que não o fazem. Estas relações mantêm-se mesmo depois de contabilizado o perfil socioeconómico dos alunos e das escolas.

Embora as conversas relacionadas com a escola ou a aprendizagem também sejam importantes, o envolvimento dos pais não tem de ser orientado para o conteúdo para apoiar a relação dos alunos com a aprendizagem.

Tento em vista este panorama, a OCDE recomenda cinco ações políticas aos governos: avaliar as necessidades dos alunos e proporcionar caminhos adaptados para todos; aumentar a equidade na aprendizagem com apoio personalizado; promover a literacia digital para avaliar a informação online; reforçar o apoio dos professores à autonomia dos alunos na aprendizagem; e melhorar a equidade através de apoio socioeconómico direcionado em estratégias de aprendizagem.

Volume V do PISA 2022:

<https://doi.org/10.1787/c2e44201-en>

Medicina do Trabalho - Um passo em direção à valorização dos profissionais da Educação

A FNE congratulou-se com a publicação, por parte do MECI, da Nota Informativa relativa à uniformização de procedimentos relativos à Medicina do Trabalho.

Estes procedimentos deverão ser tidos em conta pelos Agrupamentos de Escolas e Escolas não Agrupadas.

Em nota tornada pública foi realçado que "a FNE manifestará sempre agrado por todas e quaisquer iniciativas que a tutela adote no sentido de valorizar os professores e a carreira docente e, neste caso concreto, valorizar e melhorar as condições de trabalho que os professores encontram nos locais onde prestam serviço".

A questão da Medicina do Trabalho sempre foi uma prioridade para a FNE, estando inscrita no Plano de Ação aprovado no XIII Congresso, em maio de 2023, sob o lema "Por carreiras dignificadas, valorizadas e atrativas, para uma educação de qualidade".

De igual modo, a mesma preocupação faz parte do "Roteiro para a Legislatura 2024-2028", que a FNE tornou público a 1 de março de 2024.

Assim, a publicação desta Nota Informativa foi mais um passo conseguido no caminho que a FNE está a percorrer em direção à efetiva valorização da carreira docente, das condições de trabalho nas escolas e, principalmente, em direção à valorização dos profissionais que desenvolvem as suas carreiras na área da Educação.

[Consulte AQUI a Nota Informativa do MECI - 21 outubro 2024](#)





11 dezembro 2024

10h30 - 18h00



afiet



Universidade de Aveiro

Sala de Atos Académicos,
Edifício Central e da Reitoria

CONFERÊNCIA

Administração e gestão escolar - avaliar para corrigir

